

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Bruna Corrêa Meneghetti

Comunicando situações desagradáveis na Educação Infantil:
a ética e a moral a serviço da integridade física das crianças
e das relações de confiança entre família e escola

Porto Alegre
2015

Bruna Corrêa Meneghetti

Comunicando situações desagradáveis na Educação Infantil:
a ética e a moral a serviço da integridade física das crianças
e das relações de confiança entre família e escola

Trabalho de conclusão apresentado à
Comissão de Graduação do curso de
Pedagogia – Licenciatura da Faculdade
de Educação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como requisito parcial
e obrigatório para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Andrade
Junqueira Filho

Porto Alegre
2015

Dedico este trabalho à memória dos meus avós maternos, Angelina e João Manuel, que, nos anos que estiveram comigo, me amaram incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Andréa e Marcos, por todo apoio e incentivo durante a vida, e principalmente durante os anos de graduação.

Agradeço à minha dinda Roberta, pela confiança depositada e pelo amparo nos momentos de dificuldade.

Agradeço aos meus amigos da diretoria Santarrosense por acreditarem mais do que qualquer outra pessoa na minha profissão e por estarem sempre dispostos a uma boa conversa.

Agradeço às minhas amigas Caroline, Paula, Chaiany e Francielle e aos meus amigos Dante e Bruno por serem únicos e inigualáveis e por estarem sempre cheios de paciência para me aconselhar e me fazer seguir adiante.

Agradeço às minhas colegas de formação, e agora, de profissão Évelin, Andressa, Valery e Karine que fizeram essa caminhada ser cheia de amor e companheirismo, deixando tudo mais fácil e inesquecível.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Gabriel de Andrade Junqueira Filho por acreditar no meu trabalho e pela dedicação durante a trajetória de escrita.

RESUMO

“Como comunicar aos pais ou familiares situações desagradáveis ocorridas com as crianças durante o período escolar?”. “Como fica a relação entre família e escola após a ocorrência de uma situação desagradável envolvendo a integridade física de uma criança?”. Estas são as perguntas que deram origem a este trabalho e que tem como temática os contextos de comunicação aos pais ou familiares de situações desagradáveis ocorridas com as crianças no dia a dia da Educação Infantil. Para tanto, investiga os contextos que geraram as situações desagradáveis que serão comunicadas, as responsabilidades dos adultos nessas situações, bem como, de que maneiras os profissionais da Educação Infantil vêm se organizando para prestar socorro imediato às crianças e, posteriormente, comunicar aos pais ou familiares sobre o ocorrido. O fio condutor para a análise das condutas dos adultos profissionais da Educação Infantil diante desses episódios foi tecido teoricamente pelos conceitos de ética e moral, recorrendo nesse sentido, a autores como Yves de La Taille, Lino de Macedo, Josep Maria Puig, entre outros. Esses conceitos e suas abordagens são fundamentais para entender os pontos de vista dos adultos envolvidos e as consequências dessas situações desagradáveis em relação tanto à integridade física das crianças quanto aos vínculos de confiança entre família e escola. Para conhecer o que pensam pais (homens e mulheres) e profissionais da Educação Infantil (professoras e diretoras) sobre o tema em questão, foram realizadas entrevistas compreensivas, cujos depoimentos, articulados ao levantamento bibliográfico, possibilitaram a elaboração de respostas as perguntas que deram origem à pesquisa. As conclusões iniciais do referido trabalho consideram como situações desagradáveis ocorridas no dia a dia da Educação Infantil acidentes como tombos de brinquedos de pátio, ferimentos em decorrência de brincadeiras entre as crianças, as mordidas típicas na faixa etária em torno dos dois anos de idade e o posicionamento das escolas em relação aos medicamentos que precisam ser ministrados às crianças em tratamento de saúde. Também foi possível conhecer contextos que geram acidentes, se os profissionais da escola se sentem preparados ou não para atendimento de primeiros socorros e os encaminhamentos tomados pelas escolas para socorrer os alunos machucados. Para finalizar, foi possível conhecer as diferentes formas de comunicar as situações desagradáveis às famílias. Considerando que não existe um modelo único de comunicação, conclui, no entanto, que qualquer que seja a maneira de encaminhá-la, seria fundamental que ela contemplasse os conceitos da ética e da moral, com vistas à preservação da integridade física das crianças e do vínculo de confiança entre escola e família.

Palavras-chave: Educação Infantil. Situações desagradáveis. Acidentes. Comunicação às famílias.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	11
2.1 SOBRE AS ENTREVISTAS.....	11
2.2 SOBRE OS TRÊS SEGMENTOS DE SUJEITOS.....	12
3 ABRINDO CAMINHOS PELA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
3.1 ACIDENTE? O QUE É ISSO?.....	17
3.2 MACHUCOU COMO? MOTIVOS E CONTEXTOS QUE GERAM ACIDENTES.....	18
3.3 ACIDENTE OU NÃO? AS MORDIDAS.....	21
3.4 ESTÁ DOENTE! PRECISA DE REMÉDIO.....	24
3.5 O OLHAR ATENTO X A FALTA DE ATENÇÃO.....	26
3.6 E AGORA?! MACHUCOU?.....	28
3.7 FOI GRAVE! PRECISAMOS DE MÉDICO.....	29
3.8 COMUNICANDO ÀS FAMÍLIAS.....	34
4 VOLTANDO AS PERGUNTAS DE PESQUISA.....	37
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICES.....	42
ANEXOS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Acidentes no dia a dia da Educação Infantil são comuns e, muitas vezes, facilmente resolvidos: gelo ou Band Aid solucionam. No entanto, quando tornam-se situações desagradáveis devido à sua gravidade ou recorrência, geram ainda outro desconforto, dessa vez em relação aos adultos, entre os profissionais da escola e os familiares das crianças no momento de comunicação do acontecido e também das providências a serem tomadas, muitas delas, imediatamente, visando a integridade física das crianças. Nesses momentos, os professores, os gestores, a criança vitimada e seus familiares, todos sujeitos da ocasião são obrigados a lidar com a situação, tentando transformar a complexidade do contexto em que ela foi gerada em uma possibilidade de exercício de relações rigorosas, éticas e morais, visando fazer o certo e o bem. Independente da gravidade da situação, a postura que os diferentes segmentos que representam a escola – direção, coordenação pedagógica e professores- assumem ao providenciar os primeiros socorros e a comunicar o acidente às famílias das crianças e alunos, diz muito sobre aquela instituição – a forma como se organiza para a administração das questões cotidianas e os princípios éticos e morais que os regem.

Comecei a me questionar sobre as formas de comunicação de situações desagradáveis ocorridas no dia a dia da Educação Infantil às famílias e as consequências dessa comunicação na continuidade das relações entre família e escola. Duas perguntas foram sendo geradas, dando origem às perguntas de pesquisa que se tornaram o fio condutor desse trabalho de investigação, a saber: “Como comunicar aos pais ou familiares situações desagradáveis ocorridas com as crianças durante o período escolar?”. “Como fica a relação entre família e escola após a ocorrência de uma situação desagradável envolvendo a integridade física de uma criança?”.

A partir destas perguntas, busco compreender, entre outras coisas, os contextos escolares, na Educação Infantil, que evitam ou produzem acidentes e outras situações desagradáveis envolvendo ferimentos e socorros às crianças, bem como, de que maneiras proceder quando o acidente ou situação desagradável já ocorreu e os profissionais da escola precisam atuar para prestar os devidos encaminhamentos, que tipo de serviço de socorro é oferecido pela escola, etc. Por fim, pretendo analisar as consequências desses acontecimentos sobre a

continuidade das relações entre família e escola, mais precisamente, no que diz respeito ao vínculo de confiança entre eles. Para tanto, utilizo autores estudiosos dos conceitos da moral e da ética - Yves De La Taille (2006), Lino de Macedo (1994), Josep Maria Puig (1998), Rheta DeVries e Betty Zan (1998) – cujos princípios-chaves aliados às falas dos sujeitos me possibilitaram as análises para entender como lidar com as referidas situações desagradáveis que, por vezes, fogem ao nosso controle.

A pesquisa tem como cenário a Educação Infantil, visto que as crianças que a frequentam, pela sua faixa etária, ainda necessitam de algum auxílio para relatar acontecimentos, e quando ocorre alguma situação desagradável, como as que viemos nos referindo, quem ocupa o lugar de comunicador do acontecido a seus familiares é um profissional da escola.

Para conhecer o que pensam os pais e também a equipe da escola (professoras, direção e coordenação) sobre as situações desagradáveis em questão foram realizadas entrevistas e com os dados gerados foi possível analisar o universo que rodeia essa questão e produzir uma resposta às perguntas que deram origem a esta investigação.

O que me motivou a realizar esta pesquisa e pelo fio condutor da moral e da ética, foi um episódio ocorrido na capital do estado de Santa Catarina, na praia da Armação ao sul da ilha de Florianópolis em meados de agosto de 2015. Uma menina de oito meses de idade veio a óbito após sofrer um acidente na escola que frequentava. A escola de Educação Infantil de rede particular que funcionava irregularmente – sem alvará para funcionar – atendia crianças de zero a seis anos em suas instalações. Na época em que ocorreu o acidente, 14 crianças estavam matriculadas na escola. O caso, que teve bastante repercussão na região foi relatado pelos jornais locais numa versão com o seguinte conteúdo: No início da tarde do dia do acidente os pais da criança teriam recebido uma ligação da escola informando que a menina estava engasgada com a própria secreção, que a equipe de bombeiros já estava a caminho e seria conveniente que eles se dirigissem até a escola também. No momento em que os bombeiros chegam à escola se deparam com uma situação mais grave do que inicialmente relatada. A menina, que durante os atendimentos teve quatro paradas respiratórias, aparentava ter sofrido algo mais grave do que um engasgo. Ao perceber esta possibilidade de incoerência nos fatos, o bombeiro relata o caso ao conselho tutelar que busca investigar mais sobre o

ocorrido. A criança, então é encaminhada ao hospital mais próximo, onde é diagnosticada com traumatismo craniano. O médico atendente do hospital daquele momento explica que seria impossível complicações tão graves a partir de um engasgo, pois com essa idade ela já conseguiria se livrar sozinha de tal situação. Uma semana depois do acidente a menina vem a óbito e questões sobre o que de fato aconteceu para determinar o traumatismo craniano não ficam claras. Por este motivo, elegi os conceitos de ética e moral como fio condutor para as investigações e análises do trabalho, visto que situações como esta dependem da verdade para salvaguardar a integridade das crianças – encaminhando da forma correta os socorros, por exemplo -, bem como, salvaguardar e reforçar os vínculos de confiança entre família e escola.

A pesquisa, portanto, está organizada a fim de entender como se dá a comunicação de situações desagradáveis, dentre elas, os acidentes, com maior ou menor grau de gravidade, as mordidas entre os alunos por volta de um a três anos de idade, e os medicamentos a serem ministrados quando uma criança está em tratamento de saúde e precisa frequentar a escola, em escolas de Porto Alegre e como os sujeitos dos dois lados da relação se posicionam frente a isto. Para tanto, a escrita do trabalho foi organizada no sentido de esclarecer e desenvolver os diferentes aspectos envolvidos na pesquisa, logo no primeiro capítulo, sobre a Metodologia, conheceremos os instrumentos utilizados – as entrevistas – e os sujeitos entrevistados – pais e profissionais de diferentes escolas de Porto Alegre – RS. A seguir, apresento meus parceiros teóricos, que me ajudam a desenvolver dois conceitos chaves para a análise dos depoimentos dos sujeitos – os conceitos de moral e ética. E articulando novos autores às falas dos sujeitos entrevistados, apresento outro conceito chave da pesquisa, o de acidente, por tratar-se de uma das situações desagradáveis mais recorrentes no dia a dia da Educação Infantil, necessitando tanto de socorros às vítimas, quanto de comunicação às famílias. Em seguida, apresento um capítulo que trata sobre os motivos que podem gerar acidentes, sejam eles causados pelo ambiente escolar – brinquedos do pátio ou elementos da natureza -, pelas interações entre as crianças durante brincadeiras, ou ainda, a partir de brigas entre elas. No próximo capítulo trago outra situação desagradável levantada pelos sujeitos da pesquisa - as mordidas. Dialogando entre autores que observam as mordidas como elemento da fase oral das crianças de Educação Infantil e os sujeitos entrevistados que encaram a situação como

desatenção da professora. Os medicamentos a serem ministrados no ambiente escolar ilustram outra situação desagradável da Educação Infantil e são tratados no capítulo seguinte. O olhar atento e a falta de atenção das professoras foram amplamente explorados durante as entrevistas pelos sujeitos da pesquisa, fazendo com que este capítulo seja entendido como um motivo para causa de determinados acidentes. “E AGORA?! MACHUCOU?” traz as preparações dos profissionais da escola, no que diz respeito a conhecimentos de primeiros socorros e demais medidas de emergência para atender imediatamente um aluno que esteja machucado. Os encaminhamentos tomados pelas escolas para providenciar atendimento hospitalar aos alunos feridos é a abordagem do capítulo seguinte. Para encerrar o bloco de análises utilizo os conceitos dos meus parceiros teóricos e os depoimentos dos sujeitos da pesquisa para compreender como acontecem os comunicados às famílias dos acidentes e de outras situações desagradáveis do ambiente escolar. O capítulo das considerações retoma as perguntas de pesquisa utilizadas como fio condutor para este trabalho.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo discorre sobre as providências tomadas para a realização desta pesquisa, mais especificadamente, o que diz respeito à seleção dos sujeitos da pesquisa com os quais realizei entrevistas, com o objetivo de compreender o ponto de vista de cada um sobre minhas perguntas de pesquisa, quais sejam: “Como comunicar aos pais ou familiares situações desagradáveis ocorridas com as crianças durante o período escolar?”. “Como fica a relação entre família e escola após a ocorrência de uma situação desagradável envolvendo a integridade física de uma criança?”.

Nesse sentido, um pai, duas mães três professoras e duas diretoras de diferentes escolas da rede particular de Porto Alegre compuseram o grupo de sujeitos da minha pesquisa. Foram realizados três blocos de entrevistas compreensivas (KAUFMANN apud ZAGO, 2003) – ou seja, entrevistas que transcorrem sem uma estrutura rígida, cujas questões previamente pensadas puderam sofrer alterações conforme o direcionamento da conversa – que foram gravadas e posteriormente transcritas. O roteiro de entrevistas previamente elaborado encontra-se ao final do trabalho (apêndices D, E, F), bem como os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndices A, B, C).

Com as entrevistas realizadas foi possível conhecer e analisar que o pensam os sujeitos sobre o objeto de estudo em questão, bem como, fazer articulações com o marco teórico e, dessa maneira, formular argumentos a fim de elaborar respostas para as duas perguntas de pesquisa a que me propus.

2.1 SOBRE AS ENTREVISTAS

Para gerar os dados necessários à etapa posterior da pesquisa, ou seja, as análises, que, por sua vez, possibilitariam a elaboração das respostas às perguntas de pesquisa, organizei primeiramente três tipos de entrevistas: a primeira para pais de alunos da Educação Infantil, a segunda para professores de turmas da Educação Infantil e a terceira para gestores – diretoras e/ou coordenadoras - de escolas da rede particular de ensino que prestassem serviços às crianças na faixa etária da Educação Infantil. Segundo Kaufmann (apud ZAGO, 2003, p. 296) as entrevistas compreensivas têm como objetivo, “a compreensão do social e, de acordo com este,

o que interessa ao pesquisador é a riqueza do material que descobre”. Nesse sentido, conhecer expectativas e aprofundar sobre o tema de pesquisa com os entrevistados é uma possibilidade das entrevistas compreensivas e assim, é possível conhecer elementos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Os três blocos de entrevistas – com pais, professores e coordenadores e/ou diretores -iniciavam questionando os sujeitos sobre o que eles consideram acidente em ambientes de Educação Infantil e a partir disso foi possível caracterizar este termo, para então investigar a forma de organização das escolas no que diz respeito à comunicação e a relação com os pais/familiares após a ocorrência de um acidente, uma das situações desagradáveis envolvendo crianças, ocorridas no dia a dia da Educação Infantil, que esta pesquisa se dispôs investigar. O roteiro de entrevista formulado para os diferentes segmentos de sujeitos, neste caso para os pais, tinha como objetivo conhecer os critérios das famílias para a escolha da escola e também as expectativas relacionadas a ela. O roteiro de entrevistas conta ainda com questionamentos relacionados a acidentes, encaminhamentos e medidas tomadas pela escola para amparar o aluno/ filho(a) ferido. Para os professores, o roteiro de entrevistas foi organizado com o objetivo de entender a postura do professor diante um acidente com uma criança que está sob sua responsabilidade, em sala de aula ou demais espaços da escola, e que orientações ele recebe da equipe de gestores para comunicar a situação aos pais e familiares dos alunos. Para as diretoras e/ou coordenadoras o roteiro de entrevistas buscou compreender quais as providências tomadas pela escola, primeiro para evitar acidentes e depois para socorrer o aluno acidentado e comunicar à sua família o ocorrido.

Desta maneira foi possível captar informações dos três segmentos de sujeitos responsáveis diretamente pelas crianças favorecendo assim, o avanço da problematização. De acordo com Weber (apud ZAGO, 2003, p.297) “fazer entrevistas que cubram todo o leque do meio pesquisado” vai além do pressuposto, trazendo informações significativas para a composição do trabalho.

2.2 SOBRE OS TRÊS SEGMENTOS DE SUJEITOS

Os sujeitos escolhidos para este trabalho tinham, antes de qualquer coisa que estar à vontade para dialogar e refletir sobre o ambiente institucional – o da Educação Infantil - em que as crianças – filhos e alunos - estavam imersas. Para

não haver constrangimento entre os entrevistados e assim conseguir coletar o máximo de informações, busquei sujeitos de diferentes escolas.

Três professoras de duas escolas diferentes, duas mães e um pai todos com filhos matriculados em escolas diferentes e duas diretoras de duas escolas diferentes foram entrevistados. No decorrer das análises, esses sujeitos serão nomeados da seguinte maneira: **PROFESSORA 1** e **PROFESSORA 2** que pertencem a mesma escola, **PROFESSORA 3**, **DIRETORA 1** e **DIRETORA 2**, **MÃE 1**, **PAI 2** e **MÃE 3**.

As professoras 1, 2 e 3 foram selecionadas a partir de antigas experiências profissionais que eu tive, que me motivaram a querer descobrir mais sobre o que elas pensam sobre educação e por que pensam desta forma. A professora 1 tem 27 anos de idade é formada recentemente no Magistério e cursa Pedagogia, trabalha com crianças na faixa etária de quatro a cinco anos e tem grandes sonhos com a educação. A professora 2 tem 43 anos de idade, é formada em Magistério e Pedagogia e tem Pós-graduação na área da Educação Infantil. Ela trabalha na mesma escola que a professora 1, é titular na turma de crianças na faixa etária com cinco a seis anos. A professora 3 tem 45 anos e sua formação é em Terapia Ocupacional e em Letras português/inglês. Neste momento realiza um curso para Educadora assistente em Educação Infantil e é titular na turma de crianças com faixa etária entre dois e três anos. As escolas em que essas professoras trabalham são particulares e localizadas em bairros nobres da zona norte de Porto Alegre. As entrevistas foram realizadas no mesmo dia, mas separadamente na casa de uma das professoras, com duração média de 35 minutos cada uma.

As diretoras 1 e 2 foram selecionadas por diferentes motivos. A diretora 1 foi indicada por uma pessoa de minhas relações pessoais que tinha filhos nesta escola e muito bem recomendada. Localizada no centro de Porto Alegre, em uma pequena casa bastante organizada, esta escola recebe alunos do berçário até a última etapa da Educação Infantil. A diretora 2 foi escolhida pelo grande número de sedes que levam o nome da escola, cinco ao total, localizadas em bairro nobre da zona central de Porto Alegre, atendendo um grande número de alunos na faixa etária da Educação Infantil (0 a 5 anos e 11 meses). Todas as sedes dessa rede de escolas contam com uma diretora responsável e ela é encarregada de trabalhar de forma articulada com as outras sedes. Ambas as entrevistas foram realizadas nas escolas e tiveram duração aproximada de 30 minutos cada.

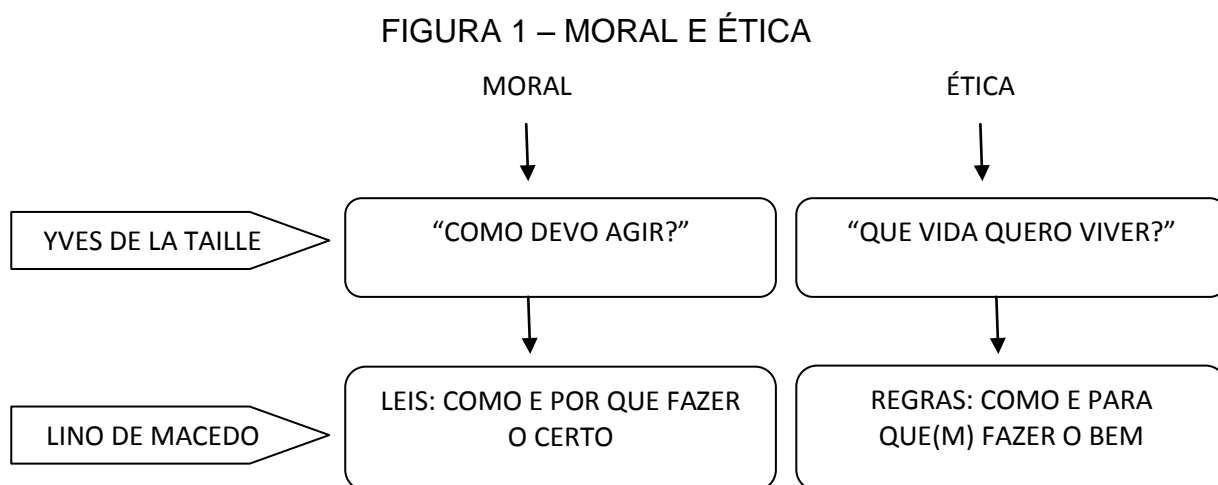
As famílias escolhidas para esta pesquisa foram representadas por um pai e duas mães. O pai 2, de 42 anos, tem duas filhas pequenas matriculadas em uma grande escola da zona norte de Porto Alegre, e foi indicado por uma pessoa das minhas relações familiares, exatamente por se tratar de uma escola referência na cidade. A entrevista foi realizada no seu local de trabalho com duração aproximada de 10 minutos. A mãe 2 também tem duas filhas matriculadas em uma escola de tradição na zona norte de Porto Alegre, tem 34 anos, e cursa atualmente Pedagogia. A entrevista foi na casa dela, com 25 minutos de duração aproximadamente. A mãe 3 é professora de Química para os alunos no Ensino Médio, tem 30 anos, e sua filha 2 anos. A menina está matriculada em uma pequena escola de bairro dedicada apenas a faixa etária de Educação Infantil, situada na zona central de Porto Alegre. A entrevista com ela durou em média 15 minutos e foi realizada em uma cafeteria da cidade.

3 ABRINDO CAMINHOS PELA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir de agora vou tentar responder as minhas perguntas de pesquisa quais sejam: “Como comunicar aos pais ou familiares situações desagradáveis ocorridas com as crianças durante o período escolar?”. “Como fica a relação entre família e escola após a ocorrência de uma situação desagradável envolvendo a integridade física de uma criança?”. Para tanto utilizo conceitos fundamentais relacionados ao objeto de estudo central dessa pesquisa fundamentados nas leituras de autores como La Taille (2006), Macedo (1994), Puig (1998), DeVries e Zan (1998). Com o mesmo propósito analiso as falas dos sujeitos entrevistados – pais, professores, diretores de escolas da rede particular de Porto Alegre-RS.

Para analisar os pontos de vista destes sujeitos, cada um a seu modo imersos no cotidiano da Educação Infantil, foi preciso refletir muito sobre responsabilidade e confiança, que, por sua vez, indicou a necessidade de explorar outros dois conceitos que se tornaram os conceitos chaves da análise dos dados gerados pelas entrevistas. Estou me referindo aos conceitos de ética e moral.

Ética e moral são diferentemente caracterizados pelos autores a quem recorri. La Taille (2006) concebe a moral a partir do questionamento “como devo agir?” e a ética com o sentido de “que vida quero viver?”, indissociáveis do outro. Já Macedo (1994) diferencia moral e ética em leis e regras. A primeira sendo o discurso das leis, como e porque fazer o certo, e a segunda como o discurso das regras, como e para que(m) fazer o bem. Agora veja a figura 1:



Ao optar por mentir ou esconder um fato importante é sabido que princípios da moral e da ética foram deixados de lado conscientemente. Deixados momentaneamente para fazer o bem? A quem? A si mesmo? Até pode haver uma série de argumentos e justificativas da parte do autor dessas atitudes, porém, quando “fazer o bem” está relacionado a somente um sujeito ou a um pequeno grupo de sujeitos, ele não se legitima. Uma ação somente pode ser considerada como “certo” e “para o bem” quando é claramente aceita por um grande número de pessoas de uma sociedade, afirma Kant (apud Menin (1996), ao contrário disso, é somente fugir dos parâmetros ideais de convivência para o seu interesse. A forma que se escolhe viver é fundamental para determinar as escolhas das ações em diferentes situações.

Quando inseridas – professoras, e diretoras - em um ambiente escolar é impossível não pensar suas ações levando em consideração duas questões principais: As escolhas feitas por mim legitimam minhas ações ética e moralmente falando? E ainda: minha conduta como profissional da escola demonstra que tenho intenção de “fazer o bem” e “fazer o certo” para um considerável número de sujeitos ou penso em favorecer determinadas pessoas de acordo com a demanda da situação? De acordo com Macedo (1996) coordenar pontos de vista, dos sujeitos da escola, por exemplo, com uma educação comprometida com a cidadania dos adultos – profissionais da escola e pais e familiares de alunos – e das crianças é um grande desafio. Independente dos pontos de vista distintos espera-se desses sujeitos que ajam de acordo com a verdade, levando em conta o respeito com as crianças e pais diante de situações desagradáveis ocorridas no ambiente escolar.

Estou considerando como situações desagradáveis os acidentes que ocorrem com as crianças no dia a dia da Educação Infantil e causam grandes constrangimentos entre os adultos quanto a comunicação dos mesmos aos pais e familiares das crianças. Aos professores porque precisam prestar socorro imediato a criança e, em alguns contextos, pedir ajuda à direção para encaminhá-la ao atendimento médico especializado, além de comunicar o ocorrido a direção da escola e aos pais da criança; a criança que fica vulnerável e que necessita ser amparada; a escola como instituição (direção) que precisa entender e explicar como tudo aconteceu; e aos pais que buscam encaminhar da melhor forma possível o tratamento do filho(a) e entender o contexto que o levou à determinada situação.

Mas esses acidentes, o que são exatamente?

3.1 ACIDENTE? O QUE É ISSO?

As situações desagradáveis ocorridas no dia a dia da Educação Infantil são muitas e distintas entre si. Quando surgem acidentes na escola diferentes questões estão atreladas e são levantadas, buscando entender o contexto em que se deu o ocorrido. Para caracterizar o conceito “acidente”, tão comumente usado no ambiente escolar busco elementos nas falas dos sujeitos entrevistados e nos autores lidos.

Bueno (2000), Santos (2004), Michaelis (2014?), entre outros, significam “acidente”, de modo muito parecido às concepções dos sujeitos entrevistados. Bueno (2000) traz o verbete como sendo um acontecimento casual e/ou um acesso repentino de doença. No manual “Prevenção de Acidentes para o Ensino de 1º Grau” II – Saúde e Higiene – Primeiros Socorros - organizado pela Fundação Gaúcha do Trabalho (1977), acidente é uma ou qualquer situação de emergência. A Organização Mundial de Saúde (apud BONFIN; CARVALHO; SUGAI, 2004, p. 165) define acidente como “acontecimento independente da vontade humana, desencadeado pela ação repentina e rápida de uma causa externa, produtora ou não de lesão corporal e/ou mental.” Michaelis (2014?) define acidente como acontecimento casual, imprevisto, fortuito, um desastre ou uma desgraça e ainda “lesão corporal, perturbação funcional, ou doença produzida pelo trabalho ou em consequência dele, que determine a morte ou a suspensão ou limitação, permanente ou temporária, total ou parcial, da capacidade para o trabalho.” No Dicionário Informal (2014?) “acidente está relacionado a um acontecimento anormal, de imprevistos e de fatalidade... queda de bicicleta, bater a perna numa gaveta aberta, correr e cair, imprevisto que ocorrem naturalmente”

De acordo com a **PROFESSORA 1**, acidentes são situações de sala de aula que saem do controle, que não são possíveis prever e quase impossíveis de evitar. Como exemplos ela cita: uma criança que corre e tropeça, ou duas crianças que brincam no pátio correndo e não se veem e acabam se batendo de cabeça. Muito próximo a isto, temos a conclusão da **PROFESSORA 2**, que diz: “acidente é tudo aquilo que de alguma forma machuque o aluno e que de algum modo, não podemos prever”, “uma queda em decorrência de corridas no pátio que pode abrir uma cabeça ou um queixo”, exemplifica a professora. As **DIRETORAS 1 e 2** concordam ao também afirmarem que acidente é o imprevisto, o que não é esperado, o que faz a criança chorar ou sentir dor, mas que muitas vezes poderiam ser evitados a partir de

um olhar atento da professora para os alunos. Os pais (**MÃE 1, PAI 2, MÃE 3**) entrevistados para esta pesquisa dizem, de uma forma geral, que seus filhos já sofreram acidentes na escola como torções, quedas, batidas de cabeça, arranhões, ou então, já ocasionaram acidentes na escola em outra criança e afirmam que qualquer machucado e/ou ferimento que demande mais que um gelo, um Band Aid ou um carinho é caracterizado como acidente.

O termo acidente fica então caracterizado pelo repentino: tudo aquilo que não está de acordo com o proposto, previsto, organizado, planejado pelo ambiente escolar e gera de pequenos a grandes ferimentos às crianças causando choro e fazendo os pequenos sentirem dor.

Outro recorte a ser analisado referente a situações desagradáveis ocorridas no dia a dia da Educação Infantil são as mordidas, pois a partir dos autores lidos e das falas dos sujeitos entrevistados não podemos classificar as mordidas dos alunos bem pequenos de Educação Infantil como acidente, como veremos mais a diante.

3.2 MACHUCOU COMO? MOTIVOS E CONTEXTOS QUE GERAM ACIDENTES

Situações imprevistas, casuais, emergenciais, que doem, fazem o aluno sofrer e chorar ocorrem quase que diariamente em ambientes da educação infantil. Os motivos? Os contextos?

O ambiente físico escolar é uma possível causa de acidentes. Este, então deve ser um ambiente seguro para que os riscos às crianças sejam os menores possíveis. Harada e Kobel (2004) em seu livro *Creche e Pré – escola, uma abordagem de saúde*, fala sobre três aspectos do ambiente físico da escola necessários para um bom desfrute dos espaços que a compõe: 1) observação, 2) interferência e 3) manutenção, e como eles devem abranger todo o entorno escolar. Observar a estrutura dos brinquedos e dos diversos materiais disponíveis na escola, buscando qualquer elemento descontextualizado que possa ocasionar um acidente – um prego, uma tesoura de ponta acessível às crianças, uma pedra que cause um tropeço... que possa ocasionar um acidente. Interferir quando se deparar com qualquer elemento que não está adequado as demandas daquele espaço e realizar manutenções periódicas para oportunizar às crianças um espaço livre de possíveis acidentes.

Harada e Kobel (2004) ainda fazem recomendações a partir do plano de prevenção de acidentes em playgrounds dos Estados Unidos da América (do ano de 2000) que devem ser consideradas como boas alternativas para os pátios escolares: 1) Designar idades apropriadas para utilização dos equipamentos; 2) Utilizar superfícies de baixo impacto abaixo ao redor dos equipamentos; 3) Supervisionar as crianças durante as brincadeiras; 4) realizar manutenção sistemática dos brinquedos e parque. Ou seja, é extremamente importante que os profissionais da escola estejam alerta às condições do pátio escolar e atentos às formas pelas quais as brincadeiras estão acontecendo. A manutenção deve ser realizada de três modos, informam Harada e Kobel (2004): a primeira inspeção chamada de “diária” acontece todos os dias, por todo e qualquer profissional da escola que esteja atento buscando supervisionar os elementos do ambiente que possam estar em desacordo com as recomendações de prevenção, a “registrada” que deve ocorrer entre 1 e 3 meses buscando por elementos que possam ter passado despercebidos na verificação diária e a “certificada” realizada por um especialista entre 8 e 12 meses que deve garantir a qualidade dos brinquedos, dos materiais disponíveis na escola e dos elementos naturais do pátio. “Os defeitos observados devem ser comunicados imediatamente aos responsáveis pelo parque e, se necessário, o brinquedo deve ser interditado”, frisam Harada e Kobel (2004, p. 164). O comprometimento de todos os profissionais— professores, funcionários e gestores da escola— para manter o ambiente adequado e seguro é imprescindível. As normas de segurança trazem cautela para as brincadeiras da infância e é preferível pecar pelo excesso de cuidado a pecar pela falha.

Preocupação com a hora do recreio, que ocorre geralmente no pátio, com os brinquedos disponíveis e com as árvores, pedras, areia e outros elementos do espaço aberto da escola, além de corridas, pulos, subidas, escaladas, descidas e desafios motores inerentes a exploração física das crianças é bastante recorrente dentre os sujeitos entrevistados.

Estes sujeitos consideram também que os machucados podem ser oriundos das interações entre as crianças nos momentos de brincadeira, como afirma a **PROFESSORA 1**, ou resultado de divergências geradoras de confronto entre as crianças, como aponta a **PROFESSORA 2** ou ainda ocasionadas pelos ambientes escolares, afirma a **PROFESSORA 3**. As **MÃES 1 e 3** e as **DIRETORAS 1 e 2**

levantam um quarto motivo para as causas dos acidentes, a falta do olhar atento da professora para as crianças.

A **DIRETORA 2** conta que precisou substituir na sua escola os brinquedos de madeira pelos de plástico, e que isso diminuiu o número de acidentes ocasionados no pátio da escola. A **PROFESSORA 2** conta que indica aos seus alunos modos de brincar para o melhor aproveitamento dos brinquedos das atividades de pátio “O escorregador é para descer, a escada do brinquedão para subir e eles estão cientes disto.” E que assim, eles assumem consciência de que correm riscos de se machucar quando, por qualquer motivo, tentam realizar as brincadeiras da forma contrária ao que foram instruídos, afirma a **PROFESSORA 2**. A **PROFESSORA 3** afirma que é mais difícil controlar os acidentes em espaço aberto do que dentro de sala de aula, o que conseqüentemente sugere que é necessário mais atenção dos adultos responsáveis pela criança nesses momentos de interação no pátio externo da escola. Santos (2004) ratifica afirmando a necessidade de conhecer os hábitos de brincadeiras de seus alunos e estar atento a forma de organização do ambiente físico. Ainda que os profissionais da Educação Infantil sejam educadores acima de tudo, o papel de cuidador é inerente as práticas educacionais, visto que por serem bem pequenas, as crianças necessitam de atenção redobrada:

As principais medidas que podem ser tomadas no sentido de protegê-las são a organização do ambiente e a supervisão constante de suas atividades. Conhecer sobre as características do desenvolvimento infantil ajuda os cuidadores a preverem situações de risco e prevenirem danos. A elaboração de um mapa de risco ambiental, bem como o registro sistemático de acidentes ocorridos na creche ou pré-escola, possibilitam a realização de medidas preventiva específicas (CORTES apud VERÍSSIMO; REZENDE, 2004, p. 74)

Um mapa de risco ambiental salientando os aspectos do pátio externo da escola que aparentam risco às crianças após as verificações diárias, registradas e certificadas juntamente com o registro dos acidentes e os locais que eles ocorreram ajudam a garantir maior segurança aos pequenos, pois os adultos profissionais da escola já estarão atentos a estas causas de acidente e podem prevenir as crianças ou até mesmo sanar os riscos.

Acidentes relacionados às interações entre as crianças em sua grande maioria acontecem em momentos de brincadeiras no pátio durante a hora do recreio. Corridas, jogos de bola, brincadeiras de esconder, entre outras podem ocasionar

esbarrões, encontros corporais que geram ferimento e dor. De forma totalmente inesperada duas crianças podem acabar se machucando pelo simples fato de estarem se divertindo no pátio na hora do recreio. Foram, de maneira adequada, ensinados a não utilizar erroneamente os brinquedos do pátio, e mesmo assim foram sujeitos do acaso, correram, bateram as cabeças e um corte foi aberto. Trata-se de situações previsíveis, evitáveis e inevitáveis ao mesmo tempo que fazem parte do relacionamento entre crianças que estão se divertindo. Todas as **PROFESSORAS** sujeitos da pesquisa sinalizam o quanto orientam para os perigos de determinadas brincadeiras, mesmo que estas sejam as mais atrativas às crianças, por exemplo, as brincadeiras de “lutinha” tão desejadas pelos meninos que exigem intenso contato corporal entre eles e podem ocasionar acidentes, e por este motivo, muitas vezes, são proibidas pelas professoras, visando preservar a integridade física das crianças.

Quando os acidentes são decorrentes de divergências entre as crianças a forma de lidar é um pouco distinta. Observar os desentendimentos, entender os motivos dos conflitos e propor uma forma harmoniosa de aproximação e reconciliação são estratégias positivas para encaminhar situações desagradáveis como brigas e discussões salienta a **PROFESSORA 2**.

Caso a intervenção seja tardia, o machucado tenha acontecido e seja oriundo de um empurrão, um tapa ou um beliscão é importante agir de forma a tentar evitar que atitudes como essa se repitam conforme analisa Murphy (apud DEVRIES; ZAN, 1998, p. 306) “nenhuma regra ou consequência ajusta-se a todas as situações” . Diante disso considero que os professores investir no desenvolvimento sócio-moral de seus alunos a longo prazo, e são situações como essas – os desentendimentos - que promovem este crescimento sócio-moral quando resolvidos de forma sensata e condizente com os princípios morais e éticos.

3.3 ACIDENTE OU NÃO? AS MORDIDAS

As situações desagradáveis do cotidiano escolar envolvendo as crianças demandam atenção e cuidados dos educadores. As mordidas, habituais às crianças que frequentam a Educação Infantil, mais precisamente as da faixa etária entre zero a três anos, aproximadamente que se encontram na transição entre a fase oral e a fase anal do desenvolvimento emocional é marcada pelo aparecimento dos dentes e

marcada por hábitos, afirma Fiori (1981) quando faz uma leitura das teorias de Freud, são recorrentes e geram dúvidas entre os sujeitos desta pesquisa. A mordida é um acidente ou não?

Marcada pela segunda etapa da fase oral, a eclosão dos dentes faz com que a criança concretize sua ideia de capacidade de destruir fazendo com que sua agressividade interior, necessária para sobrevivência na combatividade social, se manifeste, afirma Fiori (1981). Colocada em uma situação ambivalente entre amar e morder, a criança desenvolve suas preferências dependendo dos tipos de relacionamentos a que for exposta e como for ensinada a lidar com eles, segue afirmando Fiori (1981) a partir de Freud.

Como não é possível sanar totalmente as mordidas visto que fazem parte da fase do desenvolvimento emocional em que a criança se encontra é necessário lidar com o desconforto e o constrangimento decorrentes dessa situação, uma situação desagradável que gera inquietações nos sujeitos desta pesquisa provocando diferentes opiniões. No entanto, a escola pode se planejar, tanto para se antecipar como para acompanhar de perto essa fase difícil enfrentada pelas crianças – as que mordem e as que são mordidas – e pelos adultos – os pais e familiares das crianças e os profissionais da escola.

Para começar um trabalho de investigação deve ser iniciado, com o objetivo e identificar de quais situações as mordidas são decorrentes, afirma Mello (2014). Mesmo que as crianças estejam em fase de desenvolvimento e que isso seja sabido por professores e gestores, não é possível prever quando as mordidas irão começar e quais serão as crianças que irão se manifestar desta forma, porém assim que começam a acontecer, as mordidas precisam ser combatidas a propósito de se tornarem quase nulas.

As professoras da pesquisa consideram as mordidas naturais e vêem como acidente o ocorrido. A **PROFESSORA 3** ainda salienta: “Na minha turma, o maior problema é a questão das mordidas. Os bem pequenos usam a mordida como defesa.”. Como forma de prevenção às queixas dos pais que aparecerão em decorrência das mordidas, esta professora ao iniciar o ano letivo, os orienta sobre como é frequente este tipo de acontecimento entre as crianças em fase de desenvolvimento da dentição, entretanto, segundo ela, os pais não ficam tão confortáveis assim quando se deparam com a situação. Diferentemente das professoras, os pais e/ou responsáveis pelas crianças não consideram como

acidente as mordidas que sofre(m) seu/s filho(a)/s. A **DIRETORA 2** enfatiza o fato dos pais, sejam eles pais dos alunos que mordeceram ou dos que foram mordidos, mesmo conscientes da naturalidade e previsibilidade das mordidas nesta faixa etária, fiquem bastante descontentes com o ocorrido. A **MÃE 3** confirma as palavras da **DIRETORA 2** quando diz “Fico extremamente chateada com as mordidas, e não, de forma alguma considero acidente”.

A recorrência das mordidas torna-se, muitas vezes, um problema para a escola e para as famílias das crianças. Uma criança que volta para casa com quatro, cinco mordidas na semana causa um mal estar na escola e na família. “A mordida é silenciosa” afirma a **PROFESSORA 3** em seus relatos “Normalmente só ouvimos o choro da criança que foi mordida consequente da bocada”, mas, considera ela, é preciso estar alerta para os indicativos que sugerem que a mordida irá ocorrer.

Quando desencadeada a fase oral com dentição é preciso estar alerta para os próximos acontecimentos. E constatado o início da fase, não se justifica o imprevisto e a partir de então é totalmente possível prever que uma criança irá morder. Como são justificados pela professora esses acontecimentos recorrentes? Não é sabido pela professora que determinado aluno “está mordendo”? Que estratégias a escola propõe para evitar essa regularidade? Em *Mordidas: agressividade ou aprendizagem* – (ROSSETTI-FERREIRA et al. apud MELLO, 2014, p. 72) leio que “Para acabar com o problema, é preciso pensar sobre rotina, espaço, a quantidade e a variedade de brinquedos. Estar atento aos detalhes. Muitas vezes são eles os fatores desencadeadores de mordidas.” Trata-se de uma outra abordagem e uma outra sugestão de como a escola pode traçar caminhos visando evitar as recorrentes mordidas.

As **MÃES 1 e 3** justificam que ao se depararem com a assiduidade das mordidas escreveram para as professoras solicitando mais atenção das mesmas. É possível perceber a partir das falas da maioria dos sujeitos que uma enorme insatisfação é gerada no ambiente escolar quando o assunto é a recorrência das mordidas e a quase unanimidade de uma suspeita sobre a atuação das professoras é levantada. Durkheim (apud MACEDO, 1994) ao falar sobre a educação moral, argumenta sobre o abalo do sentimento de confiança estabelecido entre sujeitos envolvidos em determinada situação, no caso específico desta pesquisa, entre família e escola, no que diz respeito a recorrência das mordidas entre as crianças. As professoras responderam as solicitações das famílias de atenção redobrada com as mordidas

com pedidos de desculpas, perdão, lamentos... Ações e falas desse tipo demonstram quanto de insegurança essas professoras carregam no seu dia a dia. E será que de certa forma carregam algum tipo de culpa pelas situações desagradáveis, ou seja, pelas mordidas?

3.4 ESTÁ DOENTE! PRECISA DE REMÉDIO

Medicamentos fazem parte das situações desagradáveis que envolvem o dia a dia da Educação Infantil. Desagradável para a criança que necessitando de cuidados com a saúde precisa ir até a escola, pois não tem nenhum adulto responsável que possa cuidar dela em casa nos dias que precisa de acompanhamento, para as professoras que precisam ministrar a medicação enviada de casa e com isso se responsabilizar com as dosagens e horários corretos, não comprometendo assim o tratamento que está sendo e aos pais que precisam confiar à outras pessoas a responsabilidade de medicar seu filho. De acordo com a LDB, art. 29, “a primeira etapa da educação básica tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (CRAIDY, 2001). A creche e a pré-escola têm função de complementar o que vem sendo realizado em casa em questão de educação e saúde, para isso, deve integrar-se a família com o objetivo de oferecer o melhor para o desenvolvimento e felicidade da criança e do aluno.

Quando uma criança é matriculada em determinada escola de escolha familiar, uma ficha de avaliação social e de saúde é enviada às famílias para que seja preenchida e anexada aos documentos da criança que permanecerão na escola. No anexo ao final do trabalho, há um modelo desta ficha, retirada do livro *Creche e Pré-escola uma abordagem de saúde* (RESCK; GOMES, 2004). Nesta ficha, diversos dados da criança são solicitados, principalmente referentes à saúde e doenças. Caso, a criança apresente doenças antecedentes e que podem voltar a acontecer é preciso atenção redobrada a qualquer sinal de sintoma da doença. Está prescrito ao regimento padrão de creches e pré-escolas, anexado ao final do trabalho retirado do livro “Creche e Pré-escola: uma abordagem de saúde” referente à saúde da criança que compete ao coordenador da saúde, ou ao profissional responsável pelas questões nutricionais da escola

I – avaliar e controlar a frequência regular da criança na creche, quando apresentar sintomas de doença infecto-contagiosas, face o risco de contágio às demais crianças. II – avaliar e controlar o retorno da criança afastada das atividades da creche, por avaliação médica. III – oferecer cuidados especiais às crianças com uso de medicamentos, dietas especiais, até sua recuperação completa. IV – fazer encaminhamentos aos ambulatórios de referência dos casos detectados de necessidade de assistência de saúde geral e especializada. V – orientar os pais, responsáveis ou familiares sobre a conduta tomada e os cuidados que devem ser feitos em casa. VI – promover cursos, palestras, sobre assistência à saúde da criança aos educadores, funcionários, pais, responsáveis e familiares. (SANTOS, 2004 p.125)

ou seja, prestar atenção as informações geradas pelas crianças para identificar quando as mesmas apresentam alguma defasagem de saúde.

Ao aluno doente que necessita de medicamentos ministrados em hora e dosagem exatos, seria mais aconselhável que permanecesse em casa sob os cuidados de um adulto responsável de confiança da família, caso pai e mãe não possam cuidar da criança, porém nem sempre é possível que isso aconteça, e então a criança precisa ir à escola em recuperação, livre dos sintomas de transmissões e quando liberada pelo médico responsável, precisando ainda de medicamentos para completar o tratamento. A partir da impossibilidade da criança permanecer em casa até concluir o tratamento de saúde, os cuidados com os medicamento que concluem o tratamento, passam a ser responsabilidade da professora titular enquanto a criança permanece em horário escolar.

A professora, além das demandas diárias de sala de aula com a educação e os cuidados em geral, incluindo aqueles para prevenção de acidentes, precisa ainda se ocupar da tarefa de medicar a criança nos horários solicitados pela mãe a partir de encaminhamento médico. Os horários estipulados para medicação não tem relação com os horários da rotina escola, ou seja, a medicação deve ser seguida independente do que está planejado pela professora para a turma. Caso o horário do remédio seja durante alguma aula especializada do currículo da Educação Infantil aula de música ou educação física, por exemplo, a professora, além de administrar horários e dosagens, deverá transferir a tarefa a professora responsável pela aula especializada, pois muito provavelmente não irá acompanhar a turma nestes momentos e deverá garantir que esta outra profissional irá seguir as orientações prescritas para com o remédio da forma correta.

Durante este período de medicalização, caso não seja uma doença contagiosa, não há contra-indicações sobre a criança continuar frequentando a escola, porém a

partir das entrevistas foi possível perceber que nem todas as escolas agem de forma que a garantir que a criança seja medicada pela professora ou outro profissional da escola encarregado desta tarefa e continue frequentando a escola. Na escola das **PROFESSORAS 1 e 2, DIRETORAS 1 e 2** e das **MÃES 1 e 3** e do **PAI 2** é permitido medicar a criança mediante apresentação de prescrição médica. No entanto, na escola da **PROFESSORA 3**, por exemplo, nenhum tipo de medicação é aplicada durante horário escolar, e também não permitem que um familiar da criança necessitada venha até a escola para medicar. Nesta escola, criança em tratamento de saúde fica em casa ou recebe o medicamento em horário que esteja fora do ambiente escolar. Será que a professora desta escola imagina o quanto é importante que a criança não se afaste por períodos muito longos do convívio escolar e as regras sobre medicação não precisam ser tão severas, ou será que de fato, medicar um aluno é uma responsabilidade que não cabe ao professor e as medidas que essa escola adotou são positivas? É preciso refletir e dialogar sobre determinadas regras estipuladas pelas escolas prevendo o que será melhor para o aluno e para o seu desenvolvimento.

3.5 O OLHAR ATENTO X A FALTA DE ATENÇÃO

A falta de um olhar mais atento às crianças e aos cenários de riscos que podem gerar situações desagradáveis – acidentes, mordidas - é a quarta razão levantada pelos **PAIS** e **DIRETORAS** sujeitos desta pesquisa como causa dos acidentes.

Acidentes ocasionados por um brinquedo de pátio sem a devida manutenção ou por um elemento da natureza, árvores ou pedras, por exemplo, ou um material inadequado em uso na sala de aula como uma pistola de cola quente ligada a tomada sem supervisão adequada da professora, poderiam ser evitados a partir da observação cautelosa dos responsáveis pelas turmas de Educação Infantil ou pela gestão escolar que deve estar sempre em busca de qualquer elemento no ambiente que possa causar, de alguma forma, ferimento a um aluno. Acidentes causados pelas interações das crianças na hora do recreio, ou dentro de sala de aula, mesmo quando alertadas pelas professoras titulares que determinadas posturas e brincadeiras são perigosas e podem resultar em machucados e/ou ferimentos precisam permanecer no foco dos adultos. Por mais alerta que estejam as crianças, e conscientes dos ferimentos que podem vir a sofrer, as recomendações de um

adulto não serão suficientes para evitar determinados modos de agir, afirma a **PROFESSORA 2**. Neste momento o sujeito responsável pela turma de crianças deverá estar a postos para identificar acontecimentos que acarretem em sofrimento para algum aluno. A partir de brigas e/ou discussões entre as crianças, o professor responsável precisa se posicionar e interferir. Normalmente as brigas e discussões vêm atreladas a momentos de gritos e alvoroço dos envolvidos no conflito e das crianças que estão em volta, então, estando o professor atento, pode auxiliar a resolver o conflito, evitando agressões e poupando as crianças de possíveis machucados.

De acordo com as **DIRETORAS 1 e 2** determinados acidentes e situações desagradáveis são possíveis de prever caso o adulto responsável esteja prestando a devida atenção às crianças e às circunstâncias, por exemplo um aluno que sobre ao brinquedo de madeira do pátio pelo escorregador, enquanto deveria fazê-lo pela escada, se chamado atenção, pode evitar que caia e se machuque. Sendo possíveis de prever, por qual motivo esses acidentes não foram evitados? Normalmente, em situações como essas, é muito comum ouvir uma frase clássica dos pais das crianças vítimas desses acidentes (e com toda razão), quando são comunicados sobre o ocorrido: - Onde estava a professora nesse momento, que poderia ter evitado que isso tivesse acontecido? Medidas estão sendo tomadas pela gestão da escola para ajustar a forma de supervisão e intervenção da professora? Quando estes alunos terão entendimento para tomar atitudes na resolução de conflitos que não necessitem ferir um colega? Será que são necessárias intervenções mais efetivas, com a participação dos gestores para auxiliar neste processo? Ou quem sabe, convocar as famílias desses alunos para que dialoguem com a equipe de gestores e/ ou professores para conhecer de que maneiras situações de conflito tem sido encaminhadas em casa, buscando entender as atitudes das crianças na escola? DeVries e Zan (1998) afirmam que a tarefa do professor é sustentar a justiça, a igualdade, a reciprocidade mesmo em situações que não esteja claro o que é justo sendo preciso encontrar soluções para resolver os dilemas, ou seja, indiscutivelmente é preciso abordar as causas dos acidentes, elaborar razões pela qual os acidentes aconteceram e construir saídas para que não se repitam.

Mais que ninguém, durante o período escolar o professor titular é o grande responsável pela sua turma, e precisa zelar pela segurança e a integridade física das crianças que estão sob sua responsabilidade. Com as instalações da escola em

dia, as causas dos acidentes passam a ocorrer pelas interações entre as crianças, sejam elas brigas ou brincadeiras, no pátio ou na sala. A tarefa do professor neste momento é, além de orientar as crianças sobre as brincadeiras mais adequadas e sobre quão desnecessários são tapas, arranhões e empurrões na resolução de conflitos que podem ser resolvidos a partir do diálogo, estar atento a possibilidades de acidentes que possam ser evitados quando o foco de atenção são as crianças.

3.6 E AGORA? MACHUCOU!

Reconhecer que somos limitados é ainda conhecer algo de nós, mesmo que tal conhecimento seja afetado pela limitação que conhecemos.

Judith Butler (2015, p. 66)

Quando um aluno sofre algum acidente na escola, os primeiros atendimentos são essenciais para que se alcance uma boa recuperação da criança. Esses primeiros atendimentos, também conhecidos como primeiros socorros envolvem medidas, muitas vezes, desconhecidas pelos profissionais do ambiente escolar. Massagem cardíaca, respiração artificial, imobilização de fraturas, entre outros, são providências específicas do conhecimento médico que podem inúmeras vezes, salvar vidas.

Dentre os sujeitos entrevistados, pensando nos ambientes escolares do qual fazem parte e frequentam, ou seja, sete escolas particulares de Porto Alegre sendo somente duas delas (a da **DIRETORA 2** e da **MÃE 1**) contam com profissionais especializados em atendimentos emergenciais. Numa delas, o profissional faz parte do SCT- Serviço de Coordenação de Turno- e responde pelo atendimento imediato, na outra, todos os gestores e professores titulares de turma realizam, no início do ano letivo, um curso de primeiros socorros, para que, mesmo encaminhando seus alunos feridos a um hospital, quando necessário, qualquer urgência que venha a acontecer possa ter seu tratamento iniciado na escola.

O educador deve ser capacitado tanto para cuidar, como para educar. O cuidado não é algo que se realiza empiricamente, pois exige 'conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica (...) demandando a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. (VERISSÍMO; REZENDE, 2004, p 77)

A partir do que salientam os autores é preciso mais, como, por exemplo, conhecimentos para atender um aluno gravemente ferido, habilidades e instrumentos que favoreçam esse atendimento. Em outras palavras, é preciso que o educador seja também um cuidador, no sentido de preservar e socorrer as crianças, estando previsto que possam ser necessárias suas providências emergências no período de permanência com as crianças. Uma das hipóteses geradas junto aos entrevistados, principalmente nos depoimentos das professoras, deixando claro o desconforto delas diante de tamanha responsabilidade, é que, além do preparo do professor para atender casos urgentes, seria interessante que a escola mantivesse em sua sede um profissional da área da saúde, para que a responsabilidade de atender repentinamente o aluno machucado não seja depositada exclusivamente no sujeito que também é o responsável pela educação e por outros tantos cuidados em relação às crianças – a professora, o professor -, mas sim em quem realmente tem conhecimento para tal procedimento. Todas as **PROFESSORAS** entrevistadas relatam o fato de se sentirem muito inseguras caso precisem agir imediatamente para acudir qualquer aluno e afirmam que desconhecem métodos de primeiros socorros. Argumentam ainda acham que seria bastante interessante que as escolas em que trabalham proporcionassem e promovessem formação técnica sobre primeiros socorros para o corpo docente assim como para a gestão escolar (direção, coordenação e demais funcionários desta área).

Então, percebido que não há na maioria das equipes em que estão inseridos os sujeitos entrevistados quem atenda imediatamente e com conhecimento de causa as crianças vítimas de acidentes graves quando há necessidade de encaminhamento para uma unidade de saúde, como é feito para socorrer quem necessita de amparo?

2.7 FOI GRAVE! PRECISAMOS DE MÉDICO

Se todas as medidas que poderiam ser tomadas pela escola para evitar um acidente foram realizadas, a partir de agora é preciso lidar com o imprevisto.

Acidentes vão acontecer mesmo que os brinquedos estejam em ordem, mesmo que as crianças estejam em alerta para as brincadeiras que podem machucar, mesmo que as brigas sejam quase nulas em determinadas turmas, mesmo que a professora esteja 100% atenta às crianças. O que resta é saber lidar com a situação imprevista – o acidente - assim que se depara com ela.

Como vimos, os professores entrevistados, em sua maioria, não se sentem preparados para atender as crianças que necessitam de atendimento diante de um grave acidente e por isso precisam recorrer a outras formas de atendimento. Antes de qualquer coisa, o professor responsável pelo aluno machucado, seja por uma queda a partir de interações entre as crianças ou pela exploração dos elementos naturais que compõe o pátio da escola, precisa manter a calma e o equilíbrio para conseguir enfrentar a situação de forma serena e adequada

Mesmo se o professor não se sente calmo, é importante transmitir tranquilidade às crianças. Isto significa controlar a linguagem corporal, expressões faciais e tom de voz. O professor deve evitar agir de acordo com os seus impulsos ou correr em auxílio, exceto para evitar danos físicos. As crianças aprenderão receber esta força tranqüila como um apoio na condução de suas dificuldades. (DEVRIES; ZAN, 1998, p.92)

Sem contar com atendimento necessário, o instinto do professor faz com que ele corra para atender o aluno. A falta de preparo faz com que o nervosismo desperte. Neste momento, ao contrário das primeiras reações instintivas, o professor precisa retomar a calma e analisar rápida e racionalmente a situação, pois é o adulto responsável pelos encaminhamentos da ocorrência. O aluno que está em situação de vulnerabilidade pelo acaso do ferimento, se estiver muito agitado, ou assustado, vai perceber o professor tranquilo e, possivelmente, irá relaxar, entendendo que as devidas medidas estão sendo tomadas. No momento de entender o contexto em que o acidente aconteceu e avaliar a situação do aluno alguns questionamentos são necessários para a melhor compreensão dos fatos, com consequências diretas em relação ao método de atendimento que será necessário e, posteriormente, à comunicação do ocorrido aos familiares da criança: Quais as necessidades da criança no momento? Que tipo de ferimento ela apresenta? Quais profissionais da escola são preparados para atender a criança? Que tipo de atendimento esses profissionais são orientados a prestar? Este machucado deve ser considerado um acidente ou gelo, Band AID e carinho solucionam?

Pelo fato da grande maioria das escolas não contarem com profissionais adequados para atendimentos médicos de primeiros socorros, outras providências precisam ser tomadas para encaminhar os alunos machucados quando necessitam de auxílio especializado. Alguns acidentes são considerados mais leves, com pouca gravidade e podem tranquilamente ser tratados no ambiente escolar sem a necessidade de profissionais especializados ou encaminhamento a unidades de saúde. Arranhões, beliscões, entre outros, podem ser tratados pelas professoras de forma que um simples cuidado e acolhimento resolva a situação.

Alternativas a necessidade de não contar com profissionais adequados ou professores treinados para situações difíceis são os convênios com ambulâncias móveis que se dirigem até o local do acidente e agem como primeiro atendimento à criança seguido da avaliação da relevância do ferimento para o encaminhamento ao hospital mais adequado.

As gestoras (direção), professoras e famílias entrevistadas apresentam diferentes pontos de vista sobre as providências adotadas pelas escolas em que trabalham ou que seus filhos frequentam da necessidade de prestação de socorro às crianças. Observar, acalmar e acarinhar a criança foram medidas citadas como solução para leves ferimentos por todos os sujeitos entrevistados... A escola das **PROFESSORAS 1 e 2** optou por uma alternativa de atendimento totalmente diferente das outras instituições de ensino entrevistadas. Faz algum tempo que foi realizada na escola uma pesquisa entre os pais e responsáveis para que elegessem qual serviço gostariam que a escola passasse a utilizar. Dentre as opções dispostas para a eleição havia: 1) equipe de seguranças nas áreas externas da escola para que os momentos de deixar e buscar as crianças fossem considerados mais seguros; 2) contrato com ambulâncias móveis para atendimento dos alunos caso sofressem acidentes escolares ou fossem atingidos por doenças repentinas durante o período escolar. Somente um dos serviços seria oferecido visto às despesas geradas por cada um deles. Os pais definiram então, que a função que lhes teria mais serventia, seria a equipe de segurança para as áreas externas da escola, deixando os alunos com pouco amparo em momentos de acidentes considerados graves. Tomada esta decisão, os responsáveis por encaminhar as crianças para uma unidade de saúde em caso de um acidente grave, que não possa ser solucionado na escola, são os familiares da criança. Nesta escola, portanto, em seguida do acidente, os familiares da criança são avisados e devem se dirigir até a escola para buscá-la e então, levá-

lo a um hospital de emergências. Nenhum profissional da escola se envolve na forma de tratar a criança. Toda e qualquer providência para encaminhamento do aluno é compromisso dos familiares.

Na escola da **PROFESSORA 3**, fica bem evidente, qual a prestação de serviço escolhido para atendimento de uma criança que sofreu um acidente: “os pais não têm escolha, o serviço de ambulâncias é dissolvido nas mensalidades e pago por todos da escola.” Nesta escola, diante da ocorrência de um acidente, independente da sua gravidade, os gestores responsáveis ligam para os familiares da criança machucada e informam o ocorrido, caso seja solicitado pelos pais, a escola aciona a ambulância, que se dirige até a escola e examina o aluno. Se for constatado que é necessário encaminhar a criança para um hospital de pronto socorro, o atendimento móvel faz este traslado. O acompanhante da criança nesta situação fica a critério dos pais. Ou os pais se dirigem até a escola e vão junto com a ambulância ou encontram a criança diretamente no hospital e algum profissional da escola do vínculo afetivo da criança a acompanha durante o percurso.

Ao ouvir as duas **DIRETORAS** fico sabendo que os encaminhamentos são distintos nas escolas em que trabalham. Na escola da **DIRETORA 1** acontece como na escola da **PROFESSORA 3**, ou seja, a escola tem convênio com ambulâncias e traslado até hospitais próximos. No caso da **DIRETORA 2** é algo bem diferente. Pelo fato de todos os profissionais, principalmente os gestores, da escola terem feito curso de primeiros socorros e estarem preparados para emergências, o serviço de prestação de socorros adotado por eles foi o seguinte: como é uma escola de Educação Infantil de rede particular de bairro nobre em Porto Alegre e todas as unidades desta instituição estarem localizadas muito próximas umas das outras, quando é necessário encaminhar um aluno a um hospital de emergência mesmo que as primeiras providências tenham sido tomadas por profissionais da escola, assim que autorizado pelos familiares da criança um dos responsáveis pela sede a leva em seu carro particular para ser atendida em um hospital ou pronto socorro. A justificativa a escolha e estratégia de atendimento? A demora das ambulâncias em chegar à escola e fazer o atendimento. Como já haviam contratado esse tipo de serviço algum tempo atrás e em determinadas ocasiões ao precisarem de atendimento constataram que não era eficiente pelo tempo de espera para a chegada da ambulância, optaram por trabalhar de forma diferente. A escola se

responsabiliza pelo encaminhamento da criança até a unidade de saúde mais próxima no bairro e acompanha o atendimento enquanto os pais não chegam.

Justificados por um ou outro argumento, como, por exemplo, a votação realizada pelos responsáveis ou a demora do serviço de ambulâncias, as famílias e as escolas escolheram suas formas de atender as crianças quando sofrem acidentes. Mas será que esses serviços de atendimento estão realmente contemplando o bem estar dos alunos e das famílias? Ou será que as escolas estão pensando no que é mais confortável para ela, no sentido de se preservar e não se responsabilizar pelas medidas a serem tomadas para o atendimento dos primeiros socorros e deslocamento das crianças, quando diante de um acidente ocorrido na instituição? Puig (1998) afirma que conflitos morais e éticos surgem em função de necessidades, interesses e pontos de vista diferentes fazendo com que os princípios morais e éticos adotados pelos sujeitos sejam questionados. Mesmo que as famílias tenham escolhido por votação priorizar a segurança externa da escola, elas devem ser as responsáveis pelo transporte dos filhos numa situação de acidente na escola e sustentar mais esse conflito em relação ao bem estar de seus filhos? E quando o socorro móvel demora a chegar? Mesmo que a ambulância e sua equipe de profissionais seja a forma mais adequada de socorrer o acidentado a demora da chegada do automóvel pode ser fundamental no que diz respeito à recuperação da criança. Diante disso, novamente me pergunto: em que(m) a instituição pensa ao fazer essas escolhas? Vejamos os seguintes exemplos: escolho por adotar a estratégia das ambulâncias para atender as crianças que sofreram acidente. Caso a ambulância demore mais do que o esperado, como devo agir? Continuar esperando mesmo que a criança tenha uma fratura exposta? Ou ainda que esteja sofrendo convulsões ocasionadas por uma queda ou uma febre muito alta? E se decido colocar a criança em meu carro particular e durante o percurso ela sofre uma parada cardio-respiratória? Paro de dirigir e atendo a criança? Infrinjo leis de trânsito para chegar mais ao rápido ao destino?

São questionamentos que só poderão ser respondidos no momento da situação, mas indagar sobre as atitudes é totalmente compreensível quando por uma questão moral e ética voltada prioritariamente para o bem da instituição crianças e seus familiares são vitimados não por acidentes, mas por determinações unilaterais.

3.8 COMUNICANDO ÀS FAMÍLIAS

A comunicação aos familiares e/ou responsáveis pela criança é a segunda providência a ser tomada após o atendimento ao aluno que sofreu o acidente. Analisando as falas dos entrevistados foi possível perceber que não existe uma regra, um modelo ou uma forma padrão de organizar este comunicado. Cada escola baseada no seu arranjo organizacional decide como fazê-lo.

Em todos os casos, independente de quem comunica e como o faz, o que não pode faltar é fidelidade e clareza na explicação dos fatos de levaram a criança a se ferir. O vínculo de confiança entre família e escola não deve ser abalado por uma falha, proposital ou não, no momento desta comunicação. É preciso que os responsáveis pelo contexto que gerou o machucado na criança tenham suporte emocional e profissional para notificarem os fatos sem se sentirem ameaçados por isso.

É neste momento que os conceitos de moral e ética se fazem mais necessários do que nunca. Os sujeitos responsáveis pela criança no ambiente escolar devem ter consciência da situação e de como uma versão não tão fidedigna dos acontecimentos prejudicar o atendimento à criança. DeVries e Zan (1998) chama a atenção para um funcionamento humano delicado e preocupante, principalmente em situações como essa, o de que o indivíduo tem consciência de suas ações, segue regras e obrigatoriedades, e ainda assim, age de maneira que se opõem a moralidade. Mas por quê? E quando age dessa maneira, está sendo imoral? Não é o caso? La Taille (2006) salienta algumas situações são tão fortes que o dever não é suficiente para impedir que o sujeito realize ações contrárias ao que seria habitual.

Na relação estabelecida entre familiares e profissionais da escola que tem como objetivo estabelecer realidades morais o respeito é o sentimento mais importante, constituído pela simpatia e pelo medo criando tendências afetivas e ativas entre os sujeitos da relação. Constituindo por noções morais o respeito é classificado em dois tipos: o unilateral – implicando desigualdade entre as partes; e o mútuo – resultando em cooperação e reciprocidade, em que as partes se reconhecem em igualdade de condições, de acordo com Piaget (1996). Existindo respeito e cooperação entre os sujeitos é esperado que em momentos difíceis, como os das situações desagradáveis em questão haja cumplicidade e cooperação entre escola e família

para tratar da forma mais honesta e verdadeira possível os acidentes ocorridos no período escolar.

Cada escola organiza sua forma de comunicar as situações desagradáveis aos pais e ou familiares das crianças: quem serão os responsáveis, como será feita a comunicação e quais informações serão disponibilizadas aos pais. Neste momento a posição que a escola assume revela seus princípios e intenções – sua moralidade - para com os sujeitos que lhes entregaram seus filhos em confiança. Piaget (1996) traz um conceito muito importante para o entendimento da necessidade da veracidade na comunicação de acidentes quando fala em regras. Considera que elas podem ser entendidas de duas formas: a primeira refere-se as regras exteriores aos sujeitos, que não proporciona autonomia e , portanto, a isso não produzem um comportamento espontâneo, acarretando, conseqüentemente a falta de interesse dos sujeitos em seguir regras externas; a segunda vai ao encontro da autonomia associada ao respeito mútuo, favorecendo todos os sujeitos envolvidos, o que faz com que seja seguida cuidadosamente. Diante disso, considero, no que diz respeito ao objeto de estudo em questão, que é preciso que os profissionais da escola entendam e internalizem algumas regras para que ajam buscando segui-las dedicadamente, como por exemplo, comunicar de forma fidedigna a ocorrência dos acidentes acontecidos em período escolar, visando a preservação do vínculo de confiança, à parceria existente entre escola e família, resultante do respeito mútuo cultivado até então entre as partes.

Vejam como as professoras, as duas mães, o pai e diretoras lidam com os comunicados de situações desagradáveis em suas respectivas escolas: As **PROFESSORAS 1 e 2** e as duas **DIRETORAS** afirmaram que quando o ocorrido é leve, ou seja, sem necessidade de encaminhar para hospital, o comunicado é realizado via agenda de comunicação família-escola. As professoras escrevem sobre o ocorrido, assinam e solicitam a assinatura de algum responsável pela administração da escola. As **MÃES 1 e 3** se mostraram um pouco decepcionadas com essa forma de comunicação via agenda, pois muitas vezes buscam suas filhas em horário em que as professoras já cumpriram sua jornada de trabalho e não se encontram mais na escola e, dessa maneira, perdem a chance de dialogar pessoalmente sobre o ocorrido com a professora titular da turma que, provavelmente, estava presente no momento do acidente, além de tê-lo relatado por escrito na agenda. O que não acontece com as famílias que buscam as crianças

cedo, pois os alunos ainda estão sob responsabilidade da titular da turma e os adultos podem conversar diretamente com elas sobre o acidente.

Em caso de acidentes que demandem um atendimento mais intensivo e que a criança precisa ser deslocada até uma clínica hospitalar a comunicação é feita via telefone. De acordo com os sujeitos da pesquisa em cada ambiente escolar, uma pessoa é responsável por realizar o telefonema. Nas escolas das **PROFESSORAS 1** e **2** e da **DIRETORA 1**, quem liga para o familiar e conta o que aconteceu é a professora da turma. Para os **MÃE 1** e **PAI 2** quem faz a comunicação é o setor especializado da escola – SCT Serviço de Coordenação de Turno -. Conforme a **PROFESSORA 3** e a **DIRETORA 2** os responsáveis pela comunicação via telefone são os gestores da escola e neste caso a professora nunca se afasta do aluno machucado.

Meias verdades ou meias mentiras deixam evidente que o sujeito que fez a comunicação tomou consciência do sentimento de moralidade e que em determinado momento escolheu por assim agir, ratifica La Taille (2006). Escolhendo determinados pontos para omitir ou acrescentar na hora de comunicar sobre os acidentes seja para os seus superiores da escola ou para os pais dos alunos, o professor tem discernimento suficiente para compreender as consequências dessa escolha.

Para Piaget (1996, p. 24) “... a vida moral se desenvolve em função das relações efetivas dos indivíduos entre si...” para um professor admitir perante seus superiores e pais das crianças que, exemplificando, por um motivo ou outro ele não estava atento às brincadeiras ou não percebeu quando duas crianças brigavam é necessário suporte e amparo. Suporte e amparo dos gestores da escola em que trabalha e que esses possam garantir, por exemplo, sua permanência na escola após esses relatos pertinentes à forma como ocorreu determinado acidente. Caso este professor não se sinta seguro por parte gestão escolar para contar a verdade, possivelmente irá omitir ou até mesmo mentir sobre a sucessão dos fatos.

4 VOLTANDO ÀS PERGUNTAS DE PESQUISA

Retomando a primeira pergunta de pesquisa – “Como comunicar as famílias situações desagradáveis do cotidiano das crianças ocorridas durante o período escolar?” –, é possível afirmar, depois de analisadas as entrevistas e consultados os autores sobre os conceitos-chaves desencadeando articulações entre ambos, que não existe um modelo único ou mesmo uma regra a ser seguida no momento de fazer o comunicado aos familiares da criança ferida no ambiente escolar. Porém, o mais importante e imprescindível é que este comunicado seja feito com base na verdade, priorizando o atendimento à criança e a relação de confiança construída entre família e escola, para que de forma alguma essa situação desagradável venha acarretar danos à integridade física da criança e, conseqüentemente, à relação entre os adultos responsáveis conjuntamente por ela em casa e na escola.

As **MÃES 1 e 3** entendem que acidentes acontecem e sabem que as crianças estão sujeitas a machucados, porém, deixam claro que independente do ferimento, se por algum motivo transparecer que o acidente foi ocasionado pela falta de atenção da professora, um brinquedo que esteja em má condição de uso ou uma briga entre as crianças que passou dos limites, elas buscarão respostas para o que não foi esclarecido no primeiro momento da comunicação do acidente. Para que a comunicação seja feita de forma a ir ao encontro dos princípios da moral e da ética desenvolvidos ao longo deste trabalho, considero que o professor precisa ser honesto e verdadeiro, mesmo que para isso tenha que admitir sua falha no que diz respeito ao zelo pela segurança e pela integridade física de uma criança ferida. Neste momento, é preciso que o professor conte com o suporte da gestão escolar, para que seja fiel na comunicação sem, no entanto, se sentir ameaçado. Da mesma maneira, quando o acidente é causado por algo que está sob a responsabilidade dos gestores, é fundamental que isso seja assumido e faça parte do conteúdo da comunicação.

O vínculo de confiança e respeito construído entre escola e família é sempre provisório, porque sustentado e atualizado pelos princípios da moral e da ética das relações, portanto, pode ser abalado a qualquer momento por atitudes de qualquer uma das partes que ponham em risco a integridade da relação. O respeito mútuo (PIAGET, 1996) entre os sujeitos é fundamental e, portanto, quando desconfiança e descontentamento surgem ameaçando a relação, a causa deve ser imediatamente

encaminhada pela parte em desconforto, com vistas a investigações, esclarecimentos e o pronto restabelecimento da saúde da relação.

E no que diz respeito à segunda pergunta de pesquisa – “Como fica a relação entre família e escola após a ocorrência de uma situação desagradável envolvendo a integridade física de uma criança?” –, foi possível perceber pelas falas dos sujeitos entrevistados – **MÃE 1**, **PAI 2** e **MÃE 3** – que, apesar de confiarem extremamente na escola que escolheram para seus filhos e estarem muito satisfeitos com a escolha – no que diz respeito à condução do projeto pedagógico e as relações já estabelecidas, por exemplo –, uma má interpretação, ou uma má conduta dos profissionais, a partir de um acidente, seria totalmente determinante para uma mudança de postura da família em relação a escola, decidindo o futuro da criança na instituição. E que, apesar de participarem de algumas decisões da escola e/ou de já conhecerem regras de convivência e de organização da instituição, pensam que muitas medidas poderiam ser diferentes, visando o melhor atendimento das crianças.

No que diz respeito à comunicação de acidentes via agenda, as famílias são contundentes ao considerar que trata-se de um ponto que desagrada fortemente a todas, pois é complicado explicitar por escrito tudo da forma como realmente ocorreu. Os pais sugerem que seria interessante que as escolas pensassem uma nova postura para tratar de assuntos que envolvem a saúde das crianças.

Por outro lado, os familiares se sentem muito gratos pelas atitudes tomadas pelas professoras ao socorrerem seus filho(a)/s logo após um acidente, e entendem que elas fazem muito mais do que lhes é cabível quando se deparam com uma situação de gravidade, visto que desconhecem procedimentos emergenciais. Consideram ainda que este tipo de atitude favorece o relacionamento entre professores e alunos e fortalece os laços de confiança entre família e escola.

Organizar situações de formação dos profissionais da escola para que possam atender melhor as crianças feridas – como um curso de primeiros socorros, por exemplo, - priorizar e criar esquemas envolvendo a equipe de profissionais para que a comunicação dos acidentes e/ou mordidas seja feita por ao menos um desses profissionais junto aos pais, para que esses interem do ocorrido de forma mais clara, objetiva e acolhedora e ainda assim manter o registro da situação desagradável na agenda, firmar diariamente as boas relações entre gestão escolar e professores e da equipe de profissionais da escola com as famílias dos alunos, visando a melhora do

desenvolvimento da criança no sentido de proporcionar um ambiente agradável a mesma. Esses são alguns dos achados desta pesquisa que considero importantes para que a comunicação e a relação entre pais e escola seja sempre a mais ética e moral possível, desenvolvendo e mantendo os sentimentos de confiança entre eles mesmos e, talvez, principalmente, quando ocorrem situações desagradáveis com as crianças, como as abordadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Valéria Fernandes Ferreira; CARVALHO, Célia Simões; SUGAI, Terezinha Ayako. Condutas frente à agravos de saúde na creche e pré-escola. In: SANTOS, Lana Ermelinda da Silva dos. **Creche e pré-escola: uma abordagem de saúde**. São Paulo: Artes Médicas, 2004.

BUENO, Silveira. **Dicionário Silveira Bueno**. São Paulo: FTD, 2000.

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CRAIDY, Carmem Maria. Educação infantil e as novas definições da legislação. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis Elise P. da Silva, orgs. **Educação infantil: prá que te quero?** Porto Alegre : ARTMED, 2001.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. **Ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

DICIONÁRIO informal. 2014? Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br. Acesso em: 21 nov.2015.

FIORI, Wagner da Rocha. Modelo psicanalítico. In: RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Claudia. **Teorias do desenvolvimento**. São Paulo: E.P.U., 1981.

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO. **Saúde e higiene: primeiros socorros**. Porto Alegre: Pallotti, 1977.

HARADA, Maria de Jesus.; KOBEL, João Luis. Requisitos para um ambiente seguro na creche e pré-escola. In: SANTOS, Lana Ermelinda da Silva dos. **Creche e pré-escola: uma abordagem de saúde**. São Paulo: Artes Médicas, 2004.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

MACEDO, Lino de. **Ensaio construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MELLO, Raphaela de Campos. Nhac! Bobeou, levou uma mordida. **Nova Escola**, v. 29, n. 275, p. 72-74, set. 2014.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Desenvolvimento moral: refletindo com pais e professores. In: MACEDO, Lino de, org. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis.** 2014? Disponível em: www.michaelis.uol.com.br. Acesso em: 21 nov 2015.

PIAGET, Jean. Os procedimentos da educação moral. In: MACEDO, Lino de, org. **Cinco estudos de educação moral.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PUIG, Josep Maria. **A construção da personalidade moral.** São Paulo: Ática, 1998.

RESCK, Zélia Marilda Rodrigues; GOMES, Elisabeth Laus Ribas. Gerenciamento em creche e pré-escola. In: SANTOS, Lana Ermelinda da Silva dos. **Creche e pré-escola: uma abordagem de saúde.** São Paulo: Artes Médicas, 2004.

SANTOS, Lana Ermelinda da Silva dos. **Creche e pré-escola: uma abordagem de saúde.** São Paulo: Artes Médicas, 2004.

VERÍSSIMO, Maria de; REZENDE, Magda Andrade. O cuidado da criança na creche e pré-escola. In: SANTOS, Lana Ermelinda da Silva dos. **Creche e pré-escola: uma abordagem de saúde.** São Paulo: Artes Médicas, 2004.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação.** Rio de Janeiro: DPA, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Informado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

À diretora da escola

A proposta de pesquisa que realizo como aluna(o) do curso de graduação em Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, procura investigar sobre acidentes e ferimentos ocorridos durante o período escolar.

Assim, com o consentimento e autorização da direção da escola, das professoras e dos pais e/ou responsáveis pelas crianças, pretendo entrevistar a direção/coordenação a respeito da temática escolhida, com estando presente na escola em uma única visita com duração aproximada de duas horas.

Comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam este tipo de trabalho, efetuando pessoalmente as entrevistas junto aos sujeitos da pesquisa.

Os dados – gerados pelas entrevistas - serão analisados e utilizados na apresentação do trabalho e poderão ser divulgados em aulas, palestras, seminários, congressos. Contudo, o sigilo será preservado, não sendo mencionado o nome dos participantes e da escola em nenhuma apresentação oral. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo às pessoas entrevistadas e/ou observadas.

Como pesquisadora responsável pela pesquisa, comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida ou necessidade que o participante ou seus responsáveis venham a ter no momento da pesquisa, ou sempre que julgarem necessário, através do fone: (51)99092393 ou pelo endereço eletrônico brunacmeneghetti@gmail.com Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas.

Eu, _____, RG sob o
número _____, Diretora da escola
, concordo que a pesquisa seja realizada em minha escola.

Assinatura da(o) participante – Diretora da Escola.

Bruna Corrêa Meneghetti
Nome e assinatura da(o) pesquisador(a) –

Gabriel de Andrade Junqueira Filho
Nome e assinatura do(a) orientador(a) da pesquisa
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Informado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Aos Educadores.

A proposta de pesquisa que realizo como aluna(o) do curso de graduação em Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, procura investigar sobre acidentes e ferimentos ocorridos durante o período escolar.

Assim, com o consentimento e autorização da direção da escola, das professoras e dos pais e/ou responsáveis pelas crianças, pretendo entrevistar educadores a respeito da temática escolhida, com estando presente em uma única visita com duração aproximada de duas horas.

Comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam este tipo de trabalho, efetuando pessoalmente as entrevistas junto aos sujeitos da pesquisa.

Os dados – gerados pelas entrevistas – serão analisados e utilizados na apresentação do trabalho e poderão ser divulgados em aulas, palestras, seminários, congressos. Contudo, o sigilo será preservado, não sendo mencionado o nome dos participantes e da escola em nenhuma apresentação oral. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo às pessoas entrevistadas e/ou observadas.

Como pesquisadora responsável pela pesquisa, comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida ou necessidade que o participante ou seus responsáveis venham a ter no momento da pesquisa, ou sempre que julgarem necessário, através do fone: (51)99092393 ou pelo endereço eletrônico brunacmeneghetti@gmail.com Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas.

Eu, _____, RG sob o número _____, Professora (ou Coordenadora Pedagógica, etc) da escola, concordo em participar da referida pesquisa.

Assinatura da participante – Professora

Nome e assinatura da(o) pesquisador(a) – **Bruna Corrêa Meneghetti**

Gabriel de Andrade Junqueira Filho
 Nome e assinatura do(a) orientador(a) da pesquisa

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Informado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Aos pais e/ou responsáveis

A proposta de pesquisa que realizo como aluna(o) do curso de graduação em Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, procura investigar sobre acidentes e ferimentos ocorridos durante o período escolar.

Assim, com o consentimento e autorização da direção da escola, das professoras e dos pais e/ou responsáveis pelas crianças, pretendo entrevistar pais a respeito da temática escolhida, com estando presente em uma única visita com duração aproximada de duas horas.

Comprometo-me a respeitar os valores éticos que permeiam este tipo de trabalho, efetuando pessoalmente as entrevistas junto aos sujeitos da pesquisa.

Os dados – gerados pelas entrevistas – serão analisados e utilizados na apresentação do trabalho e poderão ser divulgados em aulas, palestras, seminários, congressos. Contudo, o sigilo será preservado, não sendo mencionado o nome dos participantes e da escola em nenhuma apresentação oral. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo às pessoas entrevistadas e/ou observadas.

Como pesquisadora responsável pela pesquisa, comprometo-me a responder e esclarecer qualquer dúvida ou necessidade que o participante ou seus responsáveis venham a ter no momento da pesquisa, ou sempre que julgarem necessário, através do fone: (51)99092393 ou pelo endereço eletrônico brunacmeneghetti@gmail.com Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas.

Eu, _____, RG sob o número _____, indicar o grau de parentesco e o nome da criança _____, concordo em participar da referida pesquisa.

 Assinatura da participante – **Pai, mãe ou responsável pela criança.**

 Assinatura da pesquisadora – Bruna Corrêa Meneghetti

 Gabriel de Andrade Junqueira Filho
 Nome e assinatura do(a) orientador(a) da pesquisa

APÊNDICE D – Entrevista às diretoras de escola

Considerando que esta é uma pesquisa que busca investigar sobre acidentes ocorridos no cotidiano da Educação Infantil e como as instituições lidam diante dessas situações, gostaria de começar perguntando: O que você considera acidente, dentro do contexto da Educação Infantil? Que episódios, que situações, que características, do seu ponto de vista, identificam um acidente, no contexto do dia a dia de uma escola de Educação Infantil?

1. Quais acidentes, envolvendo as crianças, são os mais recorrentes aqui na escola? E quando digo acidentes, estou me referindo aqueles que resultam em ferimentos nas crianças em decorrência de conflitos entre elas, (brigas, empurrões, mordidas), em decorrência da exploração do espaço escolar, brincadeiras, etc.
2. E por que vocês consideram que esses acidentes têm acontecido?
3. Considera que, de alguma maneira, eles teriam como ser evitados?
4. Quais providências a escola toma, ano a ano, para evitar acidentes com as crianças?
4. **Caso não tenha sido mencionado:** A escola segue alguma orientação, de algum órgão público, legislação, por exemplo, para lidar com as providências quanto à prevenção de acidentes na escola?
5. Quais as orientações da escola junto à equipe educativa de profissionais (coordenação professores, apoio, etc) no sentido de prevenção aos acidentes?
6. Quais as orientações da escola junto à equipe de profissionais (coordenação professores, apoio, etc) diante da ocorrência de um acidente?
7. Quais são os encaminhamentos da equipe e profissionais (coordenação professores, apoio, etc) depois de já ter prestado os devidos socorros à/s criança/s?

8. Quais são os encaminhamentos da escola em relação aos familiares e/ou responsáveis das/pelas crianças, após uma situação envolvendo ferimento seja do tipo acidente ou resultante de conflito entre elas?
9. Quem fica responsável por comunicar a família sobre o ocorrido?
10. Existe um formato a ser seguido na hora de comunicar a família um episódio que gerou ferimento na criança?
11. A escola conta com algum profissional especializado para o atendimento do aluno que se acidentou?
12. **Caso não haja um profissional especializado:** quem orienta o que fazer? A equipe tem treinamento de primeiros socorros?
13. Como a escola se organiza para administrar medicamentos trazidos de casa e para as orientações dadas pela família sobre seu uso quando um(a) aluno(a) está em tratamento de saúde?

APÊNDICE E – Entrevista para professoras

1. Como, usualmente, é a tua relação com as famílias dos teus alunos?
2. Considerando que esta é uma pesquisa que busca investigar sobre acidentes ocorridos no cotidiano da Educação Infantil e como as instituições lidam diante dessas situações, gostaria de começar perguntando: O que você considera acidente, dentro do contexto da Educação Infantil? Que episódios, que situações, que características, do seu ponto de vista, identificam um acidente, no contexto do dia a dia de uma escola de Educação Infantil?
3. Quais acidentes, envolvendo as crianças, são os mais recorrentes aqui na escola? E quando digo acidentes, estou me referindo aqueles que resultam em ferimentos nas crianças em decorrência de conflitos entre elas, (brigas, empurrões, mordidas), em decorrência da exploração do espaço escolar, brincadeiras, etc. Quando acontece um acidente com uma criança na escola, ou uma situação que envolva ferimento de uma criança, qual é a orientação da escola no sentido de indicar quem é o profissional da equipe que comunica aos familiares, o que ocorreu com a criança e de que maneira isso deve ser encaminhado junto às famílias?
4. Quando acontece uma situação que envolva ferimento em uma criança qual e a orientação da escola para @s professor@s no sentido de: 1) atendimento imediato de primeiros socorros? 2) comunicação a direção/coordenação sobre o episódio? 3) comunicação aos familiares e/ou responsáveis sobre o que ocorreu com a criança?
5. O que você pensa sobre orientação da escola? Qual a sua avaliação sobre a orientação da escola? Pós? Contrás? Sugestões?
6. Consideras que a relação construída entre a família e a escola, entre a família e a professora, muda/fica abalada após um episódio envolvendo ferimento de uma criança, filho/a de um casal?

7. Como a escola se organiza para ministrarem medicamentos trazidos de casa e para as orientações dadas pela família sobre seu uso quando um(a) aluno (a) está em tratamento de saúde?
8. Se tu és a responsável por ministrar o medicamento deste aluno durante o período escolar, como te organizas para essa tarefa? E como te sentes quanto a isso?

APÊNDICE F – Entrevista para pais e/ou responsáveis

1. Por que escolheram a escola que seu/sua (s) filho/a (s) frequenta (m)? Comente sobre suas expectativas no momento da escolha da escola.
2. Há quanto tempo seu/sua (s) filho/a(s) frequenta (m) esta escola? As expectativas de vocês estão sendo atendidas? Vocês estão contentes com a escolha que fizeram?
3. Considerando que esta é uma pesquisa que busca investigar sobre acidentes ocorridos no cotidiano da Educação Infantil e como as instituições lidam diante dessas situações, gostaria de começar perguntando: O que você considera acidente, dentro do contexto da Educação Infantil? Que episódios, que situações, que características, do seu ponto de vista, identificam um acidente, no contexto do dia a dia de uma escola de Educação Infantil?
4. Seu/sua (s) filho/a(s) já sofreu/sofreram algum(a) acidente e/ou situação que envolva ferimento, durante o período escolar?
5. Se sim, como você tomou conhecimento do ocorrido? (no caso de a criança ter sido a primeira a contar aos pais, ou de os pais se darem conta do ferimento no momento de dar banho ou trocar a criança, já em casa, entre outras situações nesse sentido).
6. **Caso não seja respondido na 5:** Em que momento, por quem, e de que maneira você foi comunicado/a pela escola sobre o ocorrido? **Caso não tenha sido falado:** (em seguida do acidente por telefone, a caminho no hospital, na porta no fim do dia, pela agenda)
7. Como a escola atendeu a criança após o ocorrido? **Caso não seja falado:** passou água e sabão no ferimento, pomada, gelo...)
8. A relação de vocês, familiares, com a escola (professora; coordenação; direção) sofreu algum tipo de mudança após um episódio envolvendo ferimento com o/a (s) filho/a (s) de vocês?

ANEXOS

ANEXO 1 – Ficha de avaliação social e de saúde da criança para escolas

CRECHE E PRÉ-ESCOLA • UMA ABORDAGEM DE SAÚDE

ANEXO 2

FICHA DE AVALIAÇÃO SOCIAL E DE SAÚDE

Entidade: _____
Creche: _____

1 - IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Sexo: _____ Naturalidade: _____
Endereço: Rua: _____
Nº: _____ Bairro: _____ Telefone: _____
Ponto de referência: _____

2 - FILIAÇÃO

Mãe: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Profissão: _____ Naturalidade: _____
Local de trabalho: _____
Endereço: _____ Telefone: _____

Pai: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Profissão: _____ Naturalidade: _____
Local de trabalho: _____
Endereço: _____ Telefone: _____

3 - SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA

a) Renda Familiar:

Salário do Pai: _____
Salário da Mãe: _____
Outras rendas: _____

b) Moradia:

Própria Aluguel
 Financiada Mora com outra família
 Outros _____

c) Condições de Habitação:

Alvenaria Madeira
 Pau a pique Barro
 Outros _____

d) Saneamento básico:

ÁGUA
 Água encanada
 Poço artesiano
 Mina d'água
 Abastecimento por carros pipa
 Outros _____

ADMISSÃO DA CRIANÇA

LUZ

- Elétrica
 Lâmpada de gás
 Motor a diesel
 Outros _____

ESGOTO

- Canalizado
 Fossa tipo: _____
 Céu aberto
 Outros _____

LIXO

- Coleta pública
 Coleta seletiva
 Céu aberto
 Aterro sanitário
 Outros _____

4 - ANTECEDENTES FAMILIARES (doenças na família, como AIDS, Tuberculose, epilepsia, vícios, hábitos e outros comportamentos ...)

- PARENTESCOS PATERNOS (bisavós, avós, tios, primos ...)
-

- PARENTESCOS MATERNOS (bisavós, avós, tios, primos ...)
-

- IRMÃOS
-

5 - ANTECEDENTES OBSTÉTRICOS

Nasceu na data prevista: Sim Não

Em caso negativo, qual a época do nascimento:

6 - 7 meses

7 - 8 meses

8 - 9 meses

Tipo de parto: Normal Cesariana

Peso ao nascer: _____ Altura ao nascer: _____

Na alta da Maternidade a criança saiu junto com a mãe: Sim Não

Se não, dizer a razão: _____

Observações: _____

6 - ANTECEDENTES PESSOAIS

Reação das doenças que tem ou já teve:

Varicela (catapora) Rubéola Caxumba (Parotidite) Meningite

Diarreia frequente: Sim Não

CRECHE E PRÉ-ESCOLA • UMA ABORDAGEM DE SAÚDE

Hepatite A: () Sim () Não
 Hepatite B: () Sim () Não
 Bronquite ou falta de ar frequente: () Sim () Não
 Inflamação de ouvido: () Sim () Não
 Inflamação de ouvido com secreção: () Sim () Não
 Infecção Vias Aéreas Superiores (IVAS): () Sim () Não
 Pneumonia / Broncopneumonia: () Sim () Não
 Se afirmativo, quantas vezes já teve a doença: _____
 Apresenta alguma forma de deficiência. Se afirmativo, anotar qual(is):
 Visual: () Sim () Não _____
 Auditiva: () Sim () Não _____
 Neurológica: () Sim () Não _____
 Mental: () Sim () Não _____
 Motora: () Sim () Não _____
 Tem alergia a algum medicamento: () Sim () Não
 Se afirmativo, anotar qual(is): _____
 Tem alergia a algum alimento: () Sim () Não
 Se afirmativo, anotar qual(is): _____
 Faz uso de algum medicamento: () Sim () Não
 Se afirmativo, anotar qual(is): _____
 Já fez alguma cirurgia: () Sim () Não
 Se afirmativo, anotar qual(is) e o tempo de internação: _____
 Observações: _____

7 - HÁBITOS ALIMENTARES

(Que tipo de alimentação recebe em casa)

8 - HÁBITOS DE HIGIENE, SONO E REPOUSO

(horário de dormir, horas de sono, dorme durante o dia, horários, banho diário, etc...)

9 - HÁBITOS DE FUNCIONAMENTO URINÁRIO E INTESTINAL:

10 - EM CASO DE FEBRE, QUAL MEDICAMENTO É ADMINISTRADO EM CASA:

11 - IMUNIZAÇÕES OBRIGATÓRIAS (Carteira de Vacinação):

Vacina a receber: _____

ADMISSÃO DA CRIANÇA

12 - EXAME FÍSICO DE ADMISSÃO

Peso: _____
 Altura: _____
 Perímetro Cefálico: _____
 Perímetro Torácico: _____
 Observações: (cicatrizes, deformidades, assimetrias, falhas, sinais significativos...)

 (Assinatura do pai/mãe/responsável)

 (Assinatura do Responsável pelo preenchimento (Carimbo))

_____ de _____ de _____
 (Local / Data da Entrevista)

Fonte: Adaptação do modelo proposto por Augusto et al, 1985.

29

ANEXO 3

FICHA DE ENCAMINHAMENTO

1 - De:

Entidade: _____
 Creche: _____

2 - Para:

Nome da Unidade de Saúde: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____
 Ponto de Referência: _____

3 - Identificação da Criança:

Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Telefone para Contato: _____

4 - Motivo do Encaminhamento (deve incluir os procedimentos realizados):

_____ de _____ de _____
 (Local / Data da Entrevista)

 Assinatura do Responsável pelo encaminhamento

Fonte: São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Assistência Social, Supervisão Geral de Planejamento e Controle. Equipe de Saúde. "Agenda Mínima: Saúde em Creche". São Paulo, 2000.